



Caderno CRH

ISSN: 0103-4979

revcrh@ufba.br

Universidade Federal da Bahia
Brasil

Pinto da Cunha, José Marcos; Baeninger, Rosana
CENÁRIOS DA MIGRAÇÃO NO BRASIL NOS ANOS 90
Caderno CRH, vol. 18, núm. 43, enero-abril, 2005, pp. 87-101
Universidade Federal da Bahia
Salvador, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=347632166006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

CENÁRIOS DA MIGRAÇÃO NO BRASIL NOS ANOS 90

José Marcos Pinto da Cunha
Rosana Baeninger

INTRODUÇÃO

Em apenas três décadas, o Brasil experimentou mudanças em seus espaços da migração que, mesmo delineando boa parte das tendências históricas, contribuíram para o surgimento de novas direções e sentidos e até mesmo intensificação (ou arrefecimento) de certas modalidades migratórias. São exemplos dessas transformações o aumento da intensidade da migração intra-regional e intra-estadual, a alternância de situações no que se refere às áreas de atração e expulsão demográfica no país e a redução do processo de ocupação das fronteiras.

Ao mesmo tempo em que tais tendências refletem novos processos em curso – como, por exemplo, a reestruturação produtiva nas grandes centros urbanos, a opção por um modelo exportador, que muda a forma de ocupação das antigas (e novas) áreas de fronteira – também sugerem um aumento da complexidade das estratégias dos migrantes para enfrentarem essas novas contingências.

Considera-se muito difícil entender as tendências apresentadas pela migração no Brasil nas

últimas duas décadas, sem tomar em conta as relações entre processos que, a princípio, poderiam ser considerados autônomos. Esse é o caso das relações intra-regionais, em particular os fluxos migratórios entre metrópole e interior e as migrações inter-regionais, consubstanciadas nas tendências redistributivas centrípetas e centrífugas (Martine e Camargo, 1984), das quais as forças centrípetas ainda continuam vigentes.

Para além dos clássicos movimentos interestaduais, considerar a diversidade e, portanto, a maior complexidade do fenômeno migratório em termos das modalidades e condicionantes significa reconhecer que as dinâmicas intra-regionais revelam outros espaços da migração que certamente ajudam a entender melhor a dinâmica demográfica. Nesse particular, não se têm dúvidas de que o recorte metrópole e interior possibilita melhor entender parte das mudanças ocorridas no cenário migratório nacional, particularmente a partir dos anos 80.

Não há como negar que, em um contexto de grande crise econômica, que coloca em xeque boa parte dos condicionantes que historicamente contri-

buíram para explicar os movimentos populacionais no Brasil, novas hipóteses necessitam ser testadas, assim como novas tentativas de articulação entre as modalidades de migração precisariam ser pensadas.

Os cenários construídos neste estudo, baseados nos dados de Censos Demográficos, com ênfase nos 2000, mostram quão complexa se tornou a realidade migratória brasileira, não apenas em termos da importância específica das distintas modalidades de movimentos migratórios, mas, sobretudo, em termos das imbricações existentes entre elas e a necessidade da busca de novas categorias explicativas. Como se buscará mostrar, trabalhos recentes sobre o tema, particularmente aqueles concebidos no âmbito da demografia, também têm a preocupação de sugerir possíveis caminhos teórico-metodológicos para o estudo das migrações contemporâneas.

AS MIGRAÇÕES INTERESTADUAIS

As migrações internas no Brasil assumem maior complexidade a partir dos anos 80, com a intensificação dos deslocamentos do tipo urbano-urbano. Nesse contexto, o que mais chama a atenção é o recrudescimento dos deslocamentos migratórios interestaduais, nos anos 90, inclusive com o aumento do volume de alguns fluxos migratórios que pareciam indicar tendência à continuidade de redução em seu volume, em função do experimentado na década de 80.

O panorama geral dos fluxos migratórios entre os estados do País, nos períodos 1970-1980, 1981-1991 e 1990-2000 espelha a dinâmica do fenômeno (Tabela 1). Comparando-se os volumes da migração interestadual, o país registrou, nos anos 70, em torno de 9,5 milhões de pessoas que declararam ter mudado de Estado pelo menos uma vez na década; esse volume elevou-se para 10,6 milhões entre 1981-1991, alcançando 12,5 milhões nos anos 90.

A migração interestadual segundo as Grandes Regiões, no entanto, indicava que os anos 80

poderiam se constituir em um ponto de inflexão nos volumes de imigração e emigração interestaduais, uma vez que: a Região Norte, ao mesmo tempo em que aumentava seu volume de imigração, já indicava expressivos contingentes de emigrantes; na Região Nordeste, decrescia o ritmo de evasão, com aumento expressivo no volume de imigração; a Região Sudeste registrava decréscimo em seu volume de imigrantes, mantendo seu volume de emigração; a Região Sul diminuía sua evasão, já dando sinais de aumento em sua imigração; e, finalmente, a Região Centro-Oeste ainda mantinha algo de sua força de fronteira em expansão, com o incremento na imigração interestadual, porém com ligeiro aumento em sua emigração.

As tendências dos movimentos migratórios no Brasil, no período 1981-1991, suscitaram, no campo da demografia, análises interpretativas enriquecedoras do debate, como as de Mato, 1995; Brito, 1997; Pacheco e Patarra, 1998; Cunha, 1999; Baeninger, 1999.

Considerando as evidências empíricas dos anos 80, as interpretações baseadas na relação entre desconcentração econômica e fluxos migratórios indicam possíveis explicações para os novos destinos migratórios, mesmo que possa ter havido uma defasagem entre os dois processos (Negri, 1996) e mesmo tendo a desconcentração das atividades industriais perdido fôlego nos anos 80 (Pacheco, 1998). De fato, as políticas indutoras de desconcentração da indústria a partir da Região Metropolitana de São Paulo, com mais vigor nos anos 70 (Cano, 1988), geraram deseconomias de aglomeração (Redwood, 1984), contribuindo para a desconcentração industrial delimitada por um campo aglomerativo (Azzoni, 1986), por uma extensão natural da área de influência do pólo paulista (Diniz e Martine, 1989), marcando um processo de desconcentração-concentrada da dinâmica econômica em âmbito nacional (Cano, 1988; Azzoni, 1986).

Nesse contexto, os menores volumes da migração interestadual para o Sudeste nos anos 80 foram analisados, por um lado, pelos reflexos dessa desconcentração econômica em direção às

**Tabela 1 - Volumes de Imigração e Emigração Interestaduais Unidades da Federação-Brasil
1970-1980, 1981-1991 e 1990-2000**

Estados e Regiões	70/80		81/91		1990/2000	
	Imigrantes	Emigrantes	Imigrantes	Emigrantes	Imigrantes	Emigrantes
Rondônia	285.670	39.672	411.802	157.957	197.589	152.867
Acre	16.640	19.080	29.245	30.550	36.070	30.993
Amazonas	73.353	55.151	113.399	96.782	189.953	119.703
Roraima	18.300	4.122	62.579	13.526	87.975	23.283
Pará	395.378	165.773	508.412	340.289	475.891	451.819
Amapá	22.749	10.722	43.152	14.006	98.842	29.106
Tocantins	-		159.015	144.702	218.922	151.150
Norte	812.090	294.520	1.327.603	797.813	1.305.242	958.921
Maranhão	182.825	329.057	236.891	498.083	262.555	573.807
Piauí	92.677	227.224	161.234	287.566	196.658	320.115
Ceará	150.434	464.781	292.914	519.712	388.399	434.086
R.G. do Norte	99.802	167.322	159.248	165.447	174.915	152.213
Paraíba	124.518	363.650	208.521	356.296	245.653	364.182
Pernambuco	280.279	654.491	370.588	657.833	410.619	654.965
Alagoas	98.635	192.261	133.852	212.367	151.187	283.325
Sergipe	73.122	103.133	122.046	94.040	125.552	117.034
Bahia	350.471	727.815	455.169	876.900	619.172	1.133.797
Nordeste	1.452.763	3.229.734	2.140.462	3.668.244	2.574.710	4.033.524
Minas Gerais	613.732	1.218.957	797.879	1.016.120	910.447	887.733
Espírito Santo	201.156	204.985	269.063	197.134	296.248	180.482
Rio de Janeiro	855.230	531.360	576.399	623.739	775.806	549.872
São Paulo	3.250.889	1.287.748	2.679.169	1.494.930	3.254.389	1.789.544
Sudeste	4.921.007	3.243.050	4.322.510	3.331.922	5.236.890	3.407.631
Paraná	523.856	1.329.474	588.088	1.081.535	754.178	798.265
St Catarina	245.628	242.877	329.917	271.443	458.614	285.084
R.G. do Sul	153.771	312.383	233.954	296.126	309.605	279.080
Sul	923.255	1.884.734	1.151.959	1.649.104	1.522.397	1.353.429
M.G. do Sul	292.914	224.978	262.612	237.424	236.030	206.103
Mato Grosso	326.148	151.093	541.742	244.438	420.296	249.423
Goiás	383.475	408.237	518.145	345.179	758.863	341.856
Distr. Federal	475.807	151.113	349.189	340.098	424.362	383.153
Centro-Oeste	1.478.344	935.421	1.671.688	1.167.140	1.839.551	1.180.535
TOTAL	9.587.459		10.614.223		12.478.790	

Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.
(Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP)

áreas externas, a São Paulo e Rio de Janeiro, e, por outro lado, pela crise do emprego metropolitano.

São os estudos de Brito (2000) que procuram desenvolver o conceito de um novo padrão migratório, definido como “*o modo como se dá a articulação entre as trajetórias migratórias e a dinâmica social e econômica*”. Segundo o autor, “*a partir de 1980, quando o país ingressou numa grande ‘crise de transição’ é que o padrão migratório tem sido notavelmente afetado*”.

Apesar disso, se entendermos que tais mudanças dizem respeito mais ao incremento da complexidade das relações entre migração e dinâmica econômico-regional do que ao surgimento de novos processos migratórios, o que é denominado como mudança no padrão migratório parece explicitar a defasagem entre as dinâmicas econômica e migratória, bem como o enfraquecimento das forças centrífugas, uma vez que, como será mostrado, a centralidade paulista na atração da migração permanece, ainda nos anos 90, da mesma forma como em décadas anteriores.

De fato, as evidências empíricas sobre os movimentos migratórios interestaduais para os anos 90 indicam que parte das mudanças ocorridas nos 80 não se sustentou na década seguinte, inclusive com a inversão de determinadas tendências, como é o caso do processo de ocupação das áreas de fronteira, que claramente reduziu seu ímpeto tanto no Centro-Oeste, em especial no Mato Grosso, como no Norte, particularmente no caso de Rondônia, que registrou o maior decréscimo de imigrantes entre as décadas de 80 e 90. Nessa última região, em particular nos anos 90, persiste uma tendência a um aumento nos volumes de emigração (de 294 mil pessoas nos 70, para 797 mil nos 80, alcançando 958 mil entre 1990-2000), ao mesmo tempo em que mantém importante volume de imigrantes ao redor de 1,3 milhões nos anos 80 e 90.

A complementaridade em termos de transferências de população do Nordeste para o Sudeste, que parecia ter diminuído nos anos 80, volta a ser retomada entre o período 1990-2000. Assiste-se a um incremento da emigração nordestina (era

de 3,2 milhões nos anos 70, passando para 3,6 entre 1981-1991, chegando a 4,0 milhões nos 90) e a um expressivo incremento da imigração do Sudeste, que inclusive havia registrado para os anos 80 diminuição de sua imigração: de 4,9 milhões pessoas entre 1970-1980, baixou para 4,3 milhões nos anos 80, elevando-se para 5,2 milhões entre 1990-2000.

Os estados da Bahia, do Maranhão e do Piauí apresentaram os maiores acréscimos em seus volumes de emigração, sendo que, no Sudeste, Rio de Janeiro e São Paulo registraram inversão da tendência verificada entre os anos 70 e 80; ou seja, aumentaram seus volumes de imigrantes, com São Paulo, inclusive, retomando os mesmos patamares dos anos 70: em torno de 3,2 milhões de imigrantes (nos anos 80, esse volume foi de 2,7 milhões).

A Região Sul, nos movimentos interestaduais totais, foi a única que manteve a mesma tendência dos anos 80: diminuição de sua evasão populacional (de 1,8 milhões de emigrantes nos 70 para 1,3 milhões nos 90) e incremento de seu volume de imigrantes (de 923 mil para 1,5 milhão, respectivamente).

No balanço das trocas migratórias interestaduais¹ (Tabela 2), ficam bastante evidentes algumas tendências nacionais dos anos 90: enxugamento das antigas áreas de fronteira no Centro-Oeste e Norte; uma maior diversidade da situação migratória interestadual entre os estados do Nordeste, com a Bahia e o Maranhão apresentando maiores perdas populacionais em suas trocas migratórias, ao mesmo tempo em que Ceará, Paraíba e Pernambuco diminuíam suas perdas populacionais; no Sudeste observou-se certa re-

¹ Consideram-se “trocas migratórias” como o resultado da diferença dos fluxos estabelecidos entre dois estados, computados em ambas as direções. Os dados da Tabela 2 correspondem à diferença, para cada Unidade da Federação - UF, dos volumes de Imigração e Emigração que esta registrou com as demais nas décadas indicadas. Formalmente, esse dado não pode ser considerado um “saldo migratório” (este o componente do crescimento populacional), uma vez que, pela informação utilizada (última etapa), o período de referência não pode ser exatamente definido. No entanto, o dado apresentado na tabela pode ser utilizado com uma boa aproximação dos ganhos ou perdas líquidas experimentada pela respectiva Unidade da Federação

Tabela 2 - Trocas Migratórias Interestaduais segundo Unidades da Federação - Brasil - 1970/2000

Estados	Trocas Migratórias Interestaduais		
	1970-	1981-1991	1990-2000
Rondônia	245.998	253.845	44.722
Acre	-2.440	-1.305	5.077
Amazonas	18.202	16.617	70.250
Roraima	14.178	49.053	64.692
Pará	229.605	168.123	24.072
Amapá	12.027	29.146	69.736
Tocantins	---	14.313	67.772
Norte	517.570	529.790	346.321
Maranhão	-146.232	-261.192	-311.252
Piauí	-134.547	-126.332	-123.457
Ceará	-314.347	-226.798	-45.687
R.G. do Norte	-67.520	-6.199	22.702
Paraíba	-239.132	-147.775	-118.529
Pernambuco	-374.212	-287.245	-244.346
Alagoas	-93.626	-78.515	-132.138
Sergipe	-30.011	28.006	8.518
Bahia	-377.344	-421.731	-514.625
Nordeste	-1.776.971	-1.527.782	-1.458.814
Minas Gerais	-605.225	-218.241	22.714
Espírito Santo	-3.829	71.929	115.766
Rio de Janeiro	323.870	-47.340	225.934
São Paulo	1.963.141	1.184.239	1.464.845
Sudeste	1.677.957	990.588	1.829.259
Paraná	-805.618	-493.447	-44.087
Santa Catarina	2.751	58.474	173.530
R.G. do Sul	-158.612	-62.172	30.525
Sul	-961.479	-497.145	168.968
M.G. do Sul	67.936	25.188	29.927
Mato Grosso	175.055	297.304	170.873
Goiás	-24.762	172.966	417.007
Distrito Federal	324.694	9.091	41.209
Centro-Oeste	542.923	504.548	659.016

Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.
(Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP)

cuperação migratória no estado do Rio de Janeiro, consolidação da reversão migratória de Minas Gerais, incremento nos ganhos populacionais do Espírito Santo e, finalmente, inversão da tendência a menores ganhos populacionais em São Paulo. No caso da Região Sul, observou-se uma menor evasão populacional, especialmente devido ao comportamento do Paraná. Na parte mais urbanizada do Centro-Oeste, percebe-se que as dinâmicas migratórias de Goiás e do Distrito Federal são bastante complementares, particularmente

em função da relação entre o Distrito Federal e seu entorno (em Goiás) e da consolidação do eixo formado com Goiânia.

Desse modo, o quadro migratório nacional dos anos 90 apontou algumas tendências já esperadas em função da dinâmica de décadas passadas, como os casos das fronteiras agrícolas e da recuperação da região Sul; todavia, outras tendências mostraram-se diferentes das análises baseadas nos anos 80, entre elas o incremento da emigração nordestina, justamente num momento em

que as transformações produtivas no país levavam a apostar na continuidade do arrefecimento desses fluxos. Essas evidências reforçam a defasagem entre dinâmica econômica e dinâmica migratória.

As considerações de Cano (1998), já no final dos anos 90, sugerem que, após um período de recuperação apoiado na maturação de investimentos e um processo de industrialização periférica, o Nordeste voltaria a apresentar maus resultados em termos de seu crescimento econômico, o que parece ter tido impacto no seu poder de retenção, em especial no caso de suas maiores aglomerações urbanas. Além desse panorama econômico, devem-se considerar os impactos de certos problemas estruturais, cujas intensificações cíclicas ou sazonais podem agir de maneira mais aguda, como a seca; outro elemento diz respeito às questões fundiárias, particularmente aquela relacionada à redução da pequena propriedade, que podem ter se agudizado em algumas áreas² (Cunha, 2003).

É interessante notar que, a despeito das fortes transformações econômicas sofridas pelo país, em particular em seus centros mais hegemônicos, que poderiam ter reduzido suas capacidades de atração e absorção migratória, a migração nos anos 90 parece ter retomado parte de sua intensidade perdida nos anos 80. Além disso, parece ser consenso – ver, por exemplo, Cano (1998); Pacheco e Patarra (1998) – que tal processo decorre do esgotamento de certas condições propícias, entre elas a maturação de investimentos que permitiram certo movimento de desconcentração econômica, em especial para o Nordeste. A isso some-se o progressivo “fechamento da fronteira”, que acaba por reduzir ainda mais as possibilidades de destino para milhares de brasileiros que, vivendo em áreas estagnadas ou com reduzido poder de absorção, devem recorrer à migração.

Dessa forma, parece frutífero analisar os elementos da própria dinâmica migratória (e as relações entre suas modalidades) que possam ser capazes de explicar as oscilações nas tendências da

migração em âmbito nacional.

Nesse caso, é exemplar o que ocorreu em Minas Gerais e Paraná. Como já se mostrou, a emigração desses estados para São Paulo diminuiu significativamente no pós-80 e segue com essa tendência, fato que poderia ser atribuído à desconcentração industrial em direção a esses estados e aos conseqüentes efeitos multiplicadores da mesma. Tal processo teria possibilitado a emergência de novas áreas de recepção da migração nesses estados, em particular em suas metrópoles, de forma a contribuir para frear as migrações externas aos estados e para absorverem seus migrantes de retorno (Matos, 1995; Brito e Horta, 2004; Rippel, 2005).

Na verdade, várias evidências mostram que, nesses dois estados, de fato, mais que uma recuperação de suas históricas áreas de evasão demográfica (como o Noroeste do Paraná ou o Vale Jequitinhonha, em Minas Gerais), o que se observa é um redirecionamento dos fluxos de emigração em âmbito intra-estadual, possibilitado pela expansão e pelo crescimento econômico de algumas regiões, em particular as metropolitanas.

De fato, as tradicionais zonas de emigração líquida parecem não ter modificado seus perfis, ainda que – até por questões de menor pressão demográfica provocada pela queda da fecundidade – em geral, apresentando menor volume de perdas. No caso do Paraná, trabalhos como o de Rippel (2005) mostram claramente que, enquanto o perfil de evasão demográfica desse estado foi se modificando gradualmente, a região do Oeste do Paraná seguia apresentando baixas taxas de incremento demográfico, resultado de saldos migratórios negativos importantes. Segundo Rippel (2005), esse comportamento poderia ser explicado pelo efeito que a expansão da economia da Região Metropolitana de Curitiba passou a exercer sobre a população do Oeste do Paraná.

Situação semelhante é mostrada no trabalho de Brito e Horta (2005) para Minas Gerais, que, da mesma forma que no estudo anterior, deixa claro que regiões como “Jequitinhonha/Mucuri” e “Doce” continuaram a experimentar baixíssimas

² Veja-se Oliveira (2003) sobre o caso da migração em Sergipe.

taxas de crescimento, decorrentes de saldos migratórios negativos, enquanto que a RM de Belo Horizonte mantinha, ainda nos anos 90, o maior nível de incremento médio demográfico nos anos mais recentes, configurando-se indiscutivelmente como a principal área de concentração e atração populacional de Minas Gerais.

Os efeitos da desconcentração industrial no Nordeste, contudo, foram bem mais limitados, tendo tido apenas reflexo imediato no momento de maturação dos investimentos (Cano, 1998), como parece ter sido parte dos anos 80; inclusive com possíveis impactos nos menores volumes de emigração registrados por essa região no período. Assim, a retomada da intensidade das migrações para o Sudeste, nos anos 90, pode estar relacionada, do ponto de vista da dinâmica econômica, ao menor desempenho do Nordeste, e, do ponto de vista dos processos migratórios, à menor capacidade de absorção migratória dentro dos próprios estados nordestinos, particularmente de suas regiões metropolitanas que, como se mostrará, tiveram papel significativo no processo de “amortização” da evasão demográfica dos estados dessa região.

Ou seja, a **complementaridade entre processos migratórios** contribui para o entendimento das tendências migratórias atuais. Essa complementaridade, estabelecida através das rela-

A COMPLEMENTARIDADE DAS MODALIDADES MIGRATÓRIAS

Fluxos Região Metropolitana e Interior

Desde os anos 80, o país assiste a um processo de desconcentração demográfica desde as metrópoles no Brasil, com o conseqüente crescimento das localidades não metropolitanas, sobretudo as de tamanho médio (Baeninger, 2000). Esse fenômeno, contudo, diferencia-se para o conjunto das áreas metropolitanas do país.

Considerando as RM's oficialmente instituídas no momento da realização do Censo 2000,³ constata-se que cerca de 50% do crescimento demográfico brasileiro (cerca de 11 milhões de pessoas) ocorreu dentro dessas aglomerações, que, inclusive, aumentaram sua participação relativa na população nacional na década de 90 em quase 1,3 pontos percentuais (38,6% para 39,9%), ganho que incrementa ainda mais se se retira do grupo São Paulo e Rio de Janeiro.

Além disso, como se percebe na Tabela 3, essas regiões abrigavam cerca de 40% dos municípios de 100 a 500 mil habitantes e quase dois terços daqueles entre 500 mil e 1 milhão de habitantes, categorias de tamanho que, como se mostrou, foram os que amealharam boa parte da

Tabela 3 - Participação dos Municípios das Áreas Metropolitanas Oficiais e suas respectivas populações no conjunto de municípios brasileiros classificados por tamanho - Brasil - 1991 e 2000

Tamanho do Municípios (em mil)	1991		2000	
	Municípios	População	Municípios	População
100 a 1000	40,7	47,6	42,7	50,4
100 a 500	37,7	40,1	40,4	43,6
500 a 1000	73,3	69,4	66,7	72,0

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1991 e 2000

ções entre modalidades migratórias, reflete-se na articulação da migração de longa distância com movimentos migratórios intra-regionais e da articulação entre migrações metrópole-interior e migrações interestaduais.

³ No Brasil, a constituição das Áreas Metropolitanas é determinada por legislação estadual. Assim sendo, não há necessariamente um padrão para determinar as condições necessárias para que uma aglomeração urbana seja desta maneira rotulada. Para que se tenha uma idéia, hoje, no país, existem oficialmente mais de 20 dessas áreas, completamente heterogêneas em termos de composição, tamanho e função. Além disso, estados como São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina possuem mais de uma AM em seus territórios.

desconcentração demográfica.

O que se pretende mostrar, na verdade, é que a realidade da desconcentração metropolitana é apenas visível, e também relativa, no grande centro econômico e demográfico do país, representado pelos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, fortemente afetados pela grave crise econômica que assolou o país nos anos 80. Uma das conseqüências foi a redução significativa do crescimento de suas áreas metropolitanas, em função da já demonstrada importante redução da imigração e também de um aumento da emigração intra e interestadual.

Assim, pode-se dizer que, a não ser no caso dos estados anteriormente mencionados, o processo de metropolização brasileiro continuou com significativo fôlego no resto do país. No contexto de uma pequena, mas, segundo Pacheco (1998), efetiva desconcentração econômica, e da crise e reestruturação da economia paulista, os anos 80 e 90 presenciaram a emergência e (ou) consolidação de várias outras regiões metropolitanas que, como Curitiba (Estado do Paraná), Belo Horizonte (Estado de Minas Gerais), ou algumas áreas do Nordeste como Salvador (Bahia), Recife (Pernambuco) e Fortaleza (Ceará), acabaram abrigando parcela significativa dos fluxos migratórios que potencialmente poderia dirigir-se para o centro dinâmico nacional.

A Tabela 4, que traz as dez principais Regiões Metropolitanas do país, permite observar a evolução do crescimento demográfico das mesmas e constatar o que foi dito até aqui. Basta observar o comportamento das duas principais áreas metropolitanas do país, São Paulo e Rio de Janeiro, para perceber que tanto a redução do crescimento da população metropolitana no Brasil, como a perda de seu peso relativo, espelha basicamente o que aconteceu nessas regiões.

De fato, embora outras RMs tenham apresentado uma pequena redução de seus crescimentos demográficos e Recife tenha perdido peso relativo na população nacional, foi sem dúvida naquelas duas áreas que a dinâmica metropolitana foi mais abalada. A grande maioria das demais RMs

experimentou, ainda nos anos 90, um significativo crescimento demográfico e, por conseguinte, incrementou sua participação na população brasileira, o que mostra o caráter “localizado” do processo de desconcentração metropolitana no país.

Dessa forma, conclui-se que a desconcentração metropolitana no Brasil é apenas “relativa” e um fenômeno vigente apenas em parte da região Sudeste. Mesmo assim, os dados mostram que boa parte dessa desconcentração ocorre no interior dos próprios estados. No estado de São Paulo, enquanto, em 1980, 50,3% de sua população estava residindo em municípios metropolitanos, essa cifra se reduz para 48,9% e 47,7% em 1991 e 2000, respectivamente;⁴ no Rio de Janeiro, para esses mesmos anos, os valores foram 77,8%, 76,6% e 75,7%.

Considerando o fluxo migratório metrópole-interior para cada Região Metropolitana (Tabela 5) pode-se notar que a ‘interiorização da migração’, ainda nos anos 80, era mais evidente para os estados acima mencionados; nos anos 90, esse processo começa a se desencadear também para outros contextos estaduais. No período 1986-1991, São Paulo e Rio de Janeiro eram as áreas que registravam perdas de população em direção ao interior, situação que se mantém no período 1995-2000, inclusive com aumento em suas perdas: a RMSP de -272 mil para -339 mil e Rio de Janeiro, de -24 mil para -48 mil, respectivamente. No período 1995-2000, além dessas áreas, a RM de Recife passou a apresentar expressiva perda populacional para o interior, invertendo a tendência anterior e passando de um ganho de 39 mil pessoas, entre 1986-1991, para uma perda de 72 mil pessoas, entre 1995-2000.

Dentre as áreas metropolitanas, apenas Belo Horizonte, Curitiba e Belém sustentaram ganhos populacionais próximos entre os períodos analisados, sendo que as demais regiões metropolitanas diminuíram significativamente seu potencial de retenção migratória no contexto estadual. Forta-

⁴ Sobre o processo de “interiorização” no estado de São Paulo, veja-se Baeninger, 2000; IPEA/IBGE/NESUR, 1999; Fundação SEADE, 1992.

**Tabela 4- População residente, taxa de crescimento médio anual e participação no total da população nacional
Brasil - Regiões Metropolitanas selecionadas - 1980-2000**

Região Metropolitana (Estado)	População			Taxas de crescimento médio anual				Participação na População Nacional (%)		
				80/91		91/00		1980	1991	2000
	1980	1991	2000	RM	Estado	RM	Estado			
São Paulo (SP)	12.588.749	15.444.941	17.627.965	1,88	2,12	1,49	1,78	10,57	10,51	10,41
Rio de Janeiro (RJ)	8.772.277	9.814.574	10.871.970	1,03	1,13	1,15	1,31	7,37	6,68	6,42
Belo Horizonte (MG)	2.618.801	3.445.574	4.331.180	2,53	1,48	2,60	1,99	2,20	2,35	2,56
Curitiba (PR)	1.489.351	2.051.307	2.725.505	2,95	0,98	3,24	1,39	1,25	1,40	1,61
Porto Alegre (RS)	2.305.552	3.051.575	3.715.430	2,58	1,48	2,23	1,21	1,94	2,08	2,19
Distrito Federal (DF)	1.557.211	2.161.709	2.851.557	3,03		3,15	2,77	1,31	1,47	1,68
Belém (PA)	1.021.473	1.401.305	1.794.981	2,92	3,64	2,81	1,99	0,86	0,95	1,06
Fortaleza (CE)	1.592.665	2.325.300	2.974.915	3,50	1,70	2,80	1,72	1,34	1,58	1,76
Recife (PE)	2.386.600	2.919.979	3.331.552	1,85	1,35	1,49	1,17	2,00	1,99	1,97
Salvador (BA)	1.766.738	2.496.521	3.018.326	3,19	2,08	2,15	1,09	1,48	1,70	1,78
Todas as RMs	36.099.417	45.112.785	53.243.381	2,05	-	1,88	-	30,32	30,71	31,45

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000

**Tabela 5 - Volumes de Imigração e Emigração com relação ao interior dos respectivos estados
Regiões Metropolitanas selecionadas - Brasil - 1986/91 e 1995/2000**

Região Metropolitana	1986-1991			1995-2000		
	Imigrantes	Emigrantes	I - E	Imigrantes	Emigrantes	I - E
Belém	62.819	32.917	29.902	71.208	44.483	26.725
Fortaleza	118.584	40.548	78.036	84.200	54.255	29.945
Recife	68.919	29.877	39.042	58.204	33.774	24.430
Salvador	108.459	47.143	61.316	103.370	65.682	37.688
Belo Horizonte	335.170	13.111	322.059	29.093	20.439	8.654
Rio Janeiro	43.230	67.978	-24.748	49.231	97.635	-48.404
São Paulo	110.391	382.728	-272.337	128.866	468.296	-339.430
Curitiba	118.393	36.607	81.786	133.004	52.481	80.523
Porto Alegre	145.295	81.748	63.547	131.864	91.212	40.652

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1991 e 2000. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP

leza, por exemplo, passou de uma troca positiva de 78 mil pessoas, entre 1986-1991, para 29 mil, entre 1995-2000. Destaca-se, nesse caso, a diminuição da imigração e o aumento da emigração, refletindo uma nova dinâmica para o interior do Ceará; esse fenômeno pode estar contribuindo para

os ganhos populacionais desse estado no contexto da Região Norte. Essa tendência verificou-se para as três metrópoles do Nordeste, sendo que, para a RM Salvador, o aumento da emigração foi o componente de maior peso, já que o volume de imigração manteve-se no mesmo patamar. Mesmo as metrópoles que experimentaram maiores ganhos populacionais vindos do interior também registraram um aumento da emigração, podendo indicar menor capacidade de absorção migratória nessas áreas.

Acredita-se ser este um ponto importante, não apenas para se entenderem os processos de redistribuição populacional no âmbito das Unidades da Federação, mas também para desvendar aspectos relativos às relações entre os vários estados em termos migratórios. Na verdade, as mudanças ocorridas nas relações entre metrópole e interior, nas principais RMs do país, sugerem um fenômeno importante, que permitiria entender, por exemplo, se não a totalidade, ao menos parte do recrudescimento da emigração dos estados do Nordeste nos anos 90.

Senão vejamos. Pode-se pensar que a redução de emigração desses estados, durante parte dos anos 80, esteve ligada ao incremento do poder de atração de suas respectivas áreas metropolitanas que, ao oferecer atrativos aos migrantes, os “desviaria” das rotas tradicionais, em particular aquelas rumo ao Sudeste, especialmente São Paulo. Se se aceitam argumentos como os de Cano (1998) – mencionados no início deste artigo sobre os efeitos do processo de maturação dos investimentos no Nordeste –, pode-se pensar que as RMs nordestinas deixariam de ser tão atrativas no anos 90, o que implicaria uma certa retomada da migração em particular para o Sudeste, já que a fronteira agrícola tampouco ofereceria grandes oportunidades.

Assim sendo, os dados sugerem que a redução da emigração do interior para as metrópoles nordestinas nos anos 90 – em certos casos significativa, como em Fortaleza e Recife – e o incremento das saídas de migrantes destas para o interior estejam refletindo um processo de relativo (ou significativo) arrefecimento do poder de absorção de

migrantes provenientes das áreas mais deprimidas de seus estados, em especial, das zonas semi-áridas que – mesmo no contexto de alguma recuperação econômica de seus estados – continuariam a se constituírem em verdadeiros celeiros de migrantes em potencial. Assim sendo, poder-se-ia aceitar a idéia de uma mudança de “direção” dessa migração em favor do Sudeste como, de fato, parece ter ocorrido.

Movimentos migratórios de retorno

Os movimentos de retorno ilustram as duas pontas complementares do processo migratório, uma vez que, mesmo com relativa retomada da emigração em vários estados nos anos 90, em particular do Nordeste, ainda assim é possível detectar um forte incremento de suas imigrações em boa medida fomentada pelo retorno de seus naturais.

De fato, como se pode observar na Tabela 6, o volume de migração de retorno incrementou-se enormemente no país nos últimos 30 anos; na década de 90, houve incremento relativo da ordem de 221% em relação aos volumes dessa migração, se comparados com a década de 70. Esse elevadíssimo incremento contribuiu para que o número de pessoas retornadas a seus estados de nascimento passasse de 1,1 milhão, nos anos 70, para quase 3,8 milhões, nos 90; esses volumes indicam a importância que, nos anos mais recentes, esse tipo de mobilidade – sempre presente, porém em menor intensidade – passou a adquirir no cenário das migrações nacionais.

Os dados apresentados mostram ainda que os maiores volumes de retorno foram registrados em estados historicamente expulsos de população, como os do Nordeste (em particular, Bahia, Pernambuco e Ceará), Minas Gerais e Paraná. Ou seja, percebe-se claramente que esse fenômeno espelha, por um lado, as grandes dificuldades que os migrantes enfrentam em fixar-se nas tradicionais áreas de atração migratória, como é o caso de São Paulo; por outro lado, sugerem ainda a influência do crescimento e desconcentração econômi-

Tabela 6 - Volumes de migração de retorno Brasil e Unidades da Federação 1970/80, 1981/91 e 1990/2000

Estado de Residência na data do Censo	Retorno total			Retorno desde SP			% de retornados desde São Paulo			Crescimento do Retorno 1970/2000 (%)
	1970/80	1981/91	1990/2000	1970/80	1981/91	1990/2000	1970/80	1981/91	1990/2000	
Rondônia	3.614	9.208	24.917	206	698	2.095	5,69	7,58	8,41	589,41
Acre	1.057	6.224	11.725	53	261	307	5,01	4,19	2,62	1009,16
Amazonas	6.565	18.519	46.195	600	723	1.295	9,13	3,90	2,80	603,67
Roraima	326	1.510	4.112	3	43	31	0,98	2,84	0,75	1159,99
Pará	20.767	52.612	119.664	1.264	4.223	5.374	6,09	8,03	4,49	476,22
Amapá	1.037	4.529	9.810	4	27	158	0,43	0,59	1,61	845,83
Maranhão	65.803	84.829	134.771	156	6.942	11.045	0,24	8,18	8,20	104,81
Piauí	22.426	73.192	100.724	155	19.321	34.392	0,69	26,40	34,14	349,14
Ceará	12.989	173.207	224.647	189	55.422	69.841	1,46	32,00	31,09	1629,52
Rio G. do Norte	31.138	67.156	80.330	410	17.155	18.856	1,32	25,55	23,47	157,98
Paraíba	31.943	109.710	136.261	438	31.197	41.055	1,37	28,44	30,13	326,58
Pernambuco	28.543	175.423	214.307	832	80.238	78.693	2,91	45,74	36,72	650,82
Alagoas(**)	8	46.823	76.461	0	18.028	24.538	0,00	38,50	32,09	63,30
Sergipe	16.210	38.813	45.430	5.569	13.279	11.576	34,35	34,21	25,48	180,25
Bahia	69.895	179.811	319.966	29.256	96.576	138.017	41,86	53,71	43,13	357,78
Minas Gerais	224.250	386.560	461.756	93.744	169.730	174.551	41,80	43,91	37,80	105,91
Espírito Santo	34.410	58.851	73.803	3.079	5.734	5.994	8,95	9,74	8,12	114,48
Rio de Janeiro	70.914	129.548	204.700	15.584	28.690	26.210	21,98	22,15	12,80	188,66
São Paulo	271.387	387.474	584.692	-	-	-	-	-	-	115,45
Paraná	73.408	249.046	293.616	32.842	94.021	102.617	44,74	37,75	34,95	299,98
Santa Catarina	49.502	89.026	126.579	5.507	12.468	12.882	11,13	14,01	10,18	155,70
Rio G. do Sul	54.815	119.337	148.722	6.871	13.673	14.444	12,54	11,46	9,71	171,32
M. Grosso Sul	22.421	41.549	54.212	8.578	14.449	14.700	38,26	34,78	27,12	141,79
Mato Grosso	14.333	26.344	57.467	1.679	3.178	4.261	11,72	12,06	7,41	300,94
Goiás(*)	36.143	128.312	216.406	3.780	8.389	12.977	10,46	6,54	6,00	498,75
Distr. Federal	13.741	13.741	20.207	752	752	1.257	5,47	5,47	6,22	47,06
Total	1.177.647	2.671.354	3.791.480	211.552	695.217	807.168	17,96	26,02	21,29	221,95

Fonte: FIBGE Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000 (Tabulações especiais/NEPO-UNICAMP)

(*) para fins de comparação, para 1991 o valor de Tocantins foi somado ao de Goiás.

(**) Devido ao valor muito baixo (e supeito) para a década de 70, decidiu-se considerar o crescimento apenas das duas décadas seguintes.

ca que beneficiou certos estados, como Paraná e Minas Gerais, cujas Regiões Metropolitanas passaram a atrair boa parte dos potenciais emigrantes de suas regiões mais deprimidas.

Nesse sentido, a idéia de um aumento do “ir e vir”,⁵ ou intensificação de um processo de maior “circulação” de pessoas entre duas regiões,

ganha força, devido às grandes dificuldades pelas quais passaram e ainda passam os mercados de trabalho dos centros tradicionais de atração, além da redução das possibilidades nas fronteiras agrícolas.

A longa trajetória das migrações nordesti-

⁵ Nesse sentido, é exemplar o trabalho de Lyra (2003), que mostra, com muita clareza, a existência desse tipo de tendência. Os dados trabalhados pela autora dão conta de que, nos anos 80, 66,2% dos migrantes que retornaram para Pernambuco, provenientes de São Paulo, o fizeram para os seus respectivos municípios de nascimento. Esse percentual cresce ainda mais quando se toma em conta

aquelas regiões que sabidamente são as principais áreas de origem da emigração pernambucana. De fato, o mesmo estudo mostra que, no período 1980/90, 45% do retornados de São Paulo para Pernambuco voltavam para a Mesorregião do Agreste, sendo que, para essa área, nada menos do que 73% dos retornados voltavam para o seu município de nascimento.

nas é marcada por um constante ir-e-vir dos migrantes.⁶ Na interpretação das trajetórias migratórias e seus realinhamentos no padrão migratório, Brito (2000) menciona como dimensão fundamental a cultura migratória, a qual traz embutida uma ideologia de mobilidade social. No entanto, acredita-se que essa forma de encarar a questão não resolve o problema, tendo-se de buscar categorias analíticas mais concretas para entender a intensidade da mobilidade dessas pessoas. Assim, considerando as questões que envolvem a noção de residência-base⁷ e a tipologia derivada da mesma por Domenach e Picoet (1990), preocupados com a possibilidade da reversibilidade dos movimentos migratórios, esse ir-e-vir poderia refletir uma particularidade do processo migratório. De forma a compatibilizar a sua reprodução social e a manutenção da relação com o lugar de origem, a população migrante teria em mente o projeto de retorno. Na verdade, assim como argumentado em outro texto (Cunha e Azevedo, 2001), acredita-se ser esse o caso nordestino, razão pela qual, em comparação, por exemplo, com os migrantes gaúchos, apresentam uma intensidade muito maior de retorno.

Seguindo a classificação proposta do Domenach e Picoet (1990), poder-se-ia enquadrar o migrante nordestino no tipo de movimento onde existiria “uma residência base e uma ou várias residências exteriores sucessivas antes do retorno”. Contudo, avançando um pouco mais, poder-se-ia pensar que o ir-e-vir aqui sugerido modificaria um pouco essa classificação, já que, em alguns momentos, a residência base poder-se-ia confundir com as residências prévias antes do retorno definitivo. Seja como for, além da dificuldade

conceitual, uma grande restrição para esse tipo de análise, a partir dos dados censitários, é a impossibilidade de se saber quanto dos que imigram e emigram são as mesmas pessoas, de maneira a configurar indiscutivelmente a magnitude dessa indiscutível circularidade.

A título de exemplo, decidiu-se acrescentar, na mesma Tabela 6, algumas colunas que mostram a importância do movimento de retorno desencadeado no principal estado brasileiro em termos do seu histórico processo de atração migratória, o estado de São Paulo. Assim, percebe-se que justamente as Unidades da Federação que mais contribuíram para a imigração daquele estado são as que, nos anos 80 e 90, mais recebem migrantes retornados de lá. Ou seja, por exemplo, dos emigrantes de São Paulo com destino ao Nordeste, cerca de 45% haviam retornado ao estado de nascimento nos anos 90.⁸

Nesse sentido, com relação às forças centrípetas, é notável a recuperação do Sudeste nos anos 90, embora se assista a uma ampliação das áreas onde as forças redistributivas de população parecem estar operando, com destaque para a inclusão da Região Sul e das áreas metropolitanas do Distrito Federal e Goiânia. Comparando-se os volumes de migração entre as grandes regiões brasileiras, chama a atenção o pronunciado aumento dos ganhos populacionais da Região Sudeste nas trocas migratórias com outras regiões do país: de 990 mil pessoas nos 80 para 1,8 milhão, entre 1990-2000 (Tabela 7). Já o Nordeste registrou uma diminuição em sua perda populacional inter-regional, indicando possíveis arranjos da migração no contexto intra-regional, bem como o incremento no volume de imigrantes, marcados pelo movimento de retorno.

⁶ Em pesquisa realizada sobre trajetórias migratórias no estado de São Paulo, pode-se observar que os migrantes nordestinos chegaram a ter mais de dez idas-e-vindas, entre 1980-1993, enquanto entre os mineiros a proporção de migrantes reingressados era bastante baixa (PRAD/FAPESP-NESUR/NEPO-UNICAMP, 1993).

⁷ Segundo os autores, a residência base seria “*el lugar o el conjunto de lugares a partir de lo cual (o los cuales) los desplazamientos tienen una probabilidad de retorno más elevada, cualquier sea la duración de la estadía en otro lugar...*” (Domenach e Picoet, 1990, p. 55).

⁸ Não estão contabilizados, nessa proporção, os efeitos indiretos do retorno (Ribeiro, 1998).

Tabela 7 - Volume de migração inter-regional por Grande Regiões - Brasil, 1980/2000

Grandes Regiões	Inter-regional 1981-1991		Inter-regional 1990-2000		Trocas Migratórias Inter-regionais	
	Imigração	Emigração	Imigração	Emigração	1981-1991	1990-2000
Norte	1.030.628	500.838	908.274	561.953	529.790	346.321
Nordeste	1.115.396	2.643.184	1.668.979	3.127.793	-1.527.788	-1.458.814
Sudeste	2.783.820	1.793.237	3.740.099	1.910.840	990.583	1.829.259
Sul	600.248	1.097.389	915.334	746.366	-497.141	168.968
Centro-Oeste	1.265.834	761.278	1.388.413	729.397	504.556	659.016
Total	6.795.926	6.795.926	8.621.099	8.621.099	-	-

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1991 e 2000. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da migração tem sido sempre um grande desafio para demógrafos e outros estudiosos de população, não apenas por sua complexidade conceitual, mas também por sua grande sensibilidade às mudanças estruturais ou mesmo conjunturais da sociedade. Assim sendo, aqueles que se debruçam em estudar o fenômeno acabam se defrontando com vários desafios que vão desde os mais simples, como que tipo de definição de migrante utilizar e, por conseqüência, de que dados lançar mão, até os mais complexos que, via de regra, se referem aos marcos teóricos a partir dos quais se poderiam explicar de maneira adequada os movimentos migratórios, em especial dentro de um país tão diverso como o Brasil.

A forte heterogeneidade socioeconômica dos estados e, principalmente, das regiões brasileiras, aliadas às contínuas crises e recuperações de nossa economia tem tornado muito mais difícil a tarefa de entender e inclusive prever o comportamento dos movimentos migratórios brasileiros.

Os dados aqui analisados, fundamentalmente baseados nos três últimos Censos Demográficos, mostraram claramente essa realidade. Em apenas três décadas, foi observado um conjunto de transformações nos processos migratórios que, mesmo não deixando de delinear boa parte das tendências históricas – como a atração do Sudeste, a importância das fronteiras agrícolas ou mesmo o poder concentrador das regiões metropolitanas –, acusaram a surgimento de novas questões – como

a intensificação da mobilidade intra-regional e intra-estadual – e a alternância de situações no que se refere às áreas de atração e expulsão demográfica no país.

Nesse sentido, um dos elementos que mais chamou a atenção foi o recrudescimento da emigração de vários estados do Nordeste nos anos 90, após um período de significativa recuperação. Diretamente associado a esse processo, também o incremento da migração de retorno para áreas historicamente emissoras de população, bem como certas mudanças, entre as décadas de 80 e 90, nos intercâmbios demográficos entre metrópole-interior sugeriram um novo perfil da migração no Brasil: depois de um longo período de movimentos de tipo “centrípetos”, passa-se a registrar, no país, uma intensificação dos movimentos “circulares”, de um “um ir e vir” mais intenso que responderia às grandes transformações pela quais passaram, em particular, nossas grandes metrópoles como São Paulo e, em menor medida, Rio de Janeiro.

Arelado ao incremento da incapacidade de absorção dos migrantes de maneira mais definitiva, como ocorria, por exemplo, nos anos 60 e 70 – o que implicaria, entre outras questões, numa impossibilidade de mobilidade social, advinda da forte reestruturação produtiva dos nossos centros urbano-industriais –, estaria o aumento da instabilidade de migrantes que não mais poderiam fixar-se de maneira definitiva nas áreas com maior potencial de geração de empregos.

Nesse sentido, a migração de retorno parece ter sido um dos mecanismos pelo qual a população brasileira migrante em potencial foi se ajus-

tando a essa nova realidade, que, ao que tudo indica, não está sequer próxima de se modificar. Some-se a isso a persistência das desigualdades regionais que, embora tenha apresentado mudanças positivas nos anos 80, parece não ter tido o fôlego necessário para reverter de maneira significativa os fluxos migratórios das áreas mais deprimidas. Por último, tampouco se pode deixar de lembrar que a perda da intensidade de ocupação, a partir de meados dos anos 80, da fronteira agrícola – essa uma das grandes alternativas de desconcentração demográfica no passado – também acabou por enterrar alternativas para esses migrantes.

Não obstante, as últimas décadas também trouxeram novidades quanto à recuperação econômica de estados antes de expulsão demográfica como o Paraná e Minas Gerais. Esses alcançaram forte recuperação em termos migratórios e reduziram drasticamente sua emigração para outros estados como São Paulo e aqueles para o Centro-Oeste, no caso específico do Paraná. Na verdade, antes que indicar uma recuperação de suas áreas deprimidas, o que se observou, nesses estados, foi o afloramento de algumas aglomerações urbanas, especialmente, suas Regiões Metropolitanas que ocuparam o lugar de áreas de destino de seus potenciais emigrantes.

Além das grandes tendências em termos dos fluxos migratórios interestaduais, não se pode negligenciar a importância das dinâmicas intra-regionais, especialmente intra-estaduais, para se compreender o processo de redistribuição da população no Brasil. Como se mostrou, a dinâmica que envolve movimentos entre metrópole e interior teve importância e conseqüências distintas nas várias regiões brasileiras. Se, nos casos de São Paulo e Rio de Janeiro, esse fenômeno implicou um processo de interiorização da população, em outros como Paraná, Minas Gerais, Goiás e DF, a situação observada foi distinta e muito mais próxima do padrão concentrador, em especial nas Regiões Metropolitanas; mesmo que com claros indícios de expansão das populações para áreas cada vez mais distantes dos municípios centrais.

No caso específico do Nordeste, as análises aqui realizadas apontam para uma situação diferenciada, uma vez que, nessas áreas, e especialmente em alguns estados como Bahia, Ceará e Pernambuco, registrou-se, na década de 90, uma mudança importante na relação tanto da metrópole-interior como dessa última com o resto do país. Ao que tudo indica, o poder de absorção das RMs nordestinas reduziu-se na última década e, nesse aspecto, estaria talvez uma das explicações para o recrudescimento observado de emigração interestadual.

Num momento em que o “ir e vir” parece fazer parte da estratégia de um volume cada vez maior de pessoas, devem-se buscar novos paradigmas que possam dar lugar àqueles clássicos que relacionam a migração ao emprego, à melhoria de condições de vida, ou mesmo a mudanças estruturais mais gerais.

Enfim, a feição do Brasil hoje, em termos migratórios, é bem distinta daquela que os clássicos estudos realizados nos anos 70 mostravam. Afinal, estamos em um momento distinto e, portanto, novos e incessantes esforços deverão ser realizados no sentido de melhor qualificar e compreender os condicionantes e características da migração no país.

(Recebido para publicação em fevereiro de 2005)

(Aceito em março de 2005)

REFERÊNCIAS

- AZZONI, Carlos. *Indústria e reversão da polarização no Brasil*. São Paulo: IPE/USP, 1986.
- BAENINGER, Rosana. Região, metrópole e interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes, Brasil, 1980-1996. *Texto Nepe 35*, Campinas, NEPO/UNICAMP, 2000.
- BRITO, Fausto. Brasil, Final de Século: a transição para um novo padrão migratório? In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11, 2000, *Anais...* Campinas: ABEP, 2000.
- BRITO, Fausto; HORTA, Cláudia Júlia G. Minas Gerais: crescimento demográfico, migrações e distribuição espacial da população. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 10, 2002, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Cedeplar, 2002.
- CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995*. 2.ed. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1998 (30 Anos de Economia – UNICAMP, 2).

- _____.; PACHECO, Carlos Américo. Trajetórias econômicas e demográficas para a década de 90. In: FUNDAÇÃO SEADE. *Cenários e diagnósticos: a economia no Brasil e no mundo*. São Paulo: 1992 (Coleção São Paulo no limiar do século XXI, 1).
- CHAMPION, Anthony. Population distribution in developed countries: has counter-urbanization stopped? In: UNITED NATIONS. *Population distribution and migration*. New York: 1998.
- CUNHA, José Marcos Pinto da; AZEVEDO, Marta Maria. Demographic and social-cultural aspects of population mobility in Brazil. In: HOGAN, Daniel Joseph (Org.). *Population change in Brazil: contemporary perspectives*. Campinas: Nepo/Unicamp, 2001.
- CUNHA, José Marcos Pinto; DEDECCA, Cláudio Salvadori. Migração e trabalho na região metropolitana de São Paulo-Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, ABEP, v. 17, n. 1/2, 2000.
- _____. *Aspectos demográficos da estruturação das regiões metropolitanas brasileiras*. In: HOGAN, Daniel J. et al (Orgs.). *Migração e ambiente nas aglomerações urbanas*. Campinas: NEPO-UNICAMP/PRONEX, 2001a.
- DINIZ, Clélio C. Desenvolvimento Poligonal no Brasil; nem desconcentração, nem contínua polarização. *Nova Economia – Revista de Ciências Econômicas da UFMG*, Belo Horizonte, v. 31, n. 11, 1993.
- DOMENACH, Hervé; PICOQUET, Michael. El carácter de reversibilidad en el estudio de la migración. *Notas de Población*, Santiago de Chile, v.18, n.49, abr., 1990.
- IPEA/IBGE/NESUR. *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil*. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1999.
- LYRA, Maria Rejane Souza de Britto. *O processo de migração de retorno no fluxo Pernambuco-São Paulo-Pernambuco*. 2003. 256f. Tese (Doutorado em Demografia) – Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- MARTINE, George; CAMARGO. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.1, n. 1, jan./dez., 1984.
- MARTINE, George; DINIZ, Clélio C. *Economic and demographic concentration in Brazil: recent inversion of historical patterns*. Liège: IUSSP, 1989. mimeo.
- MATOS, Ralfo. *Dinâmica migratória e desconcentração populacional na macrorregião de Belo Horizonte*. 1995. Tese (Doutorado) – CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.
- MATOS, Ralfo. Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 12, n. 1/2, 1995.
- NEGRI, B. *Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.
- PACHECO, Carlos Américo. *Fragmentação da nação*. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1998.
- PERILLO, Sônia Regina. *Tendências da migração no Estado de São Paulo*. São Paulo: Fundação SEADE, 2002.
- REDWOOD III, John. Reversión de polarización, ciudades secundarias y eficiencia en el desarrollo nacional: una visión teórica aplicada al Brasil contemporáneo. *Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos Regionales*, Santiago, v. 11, n. 32, dez., 1984.
- RIPPEL, Ricardo. *Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do Estado do Paraná: uma análise de 1950 a 2000*. 2005. 295f. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.